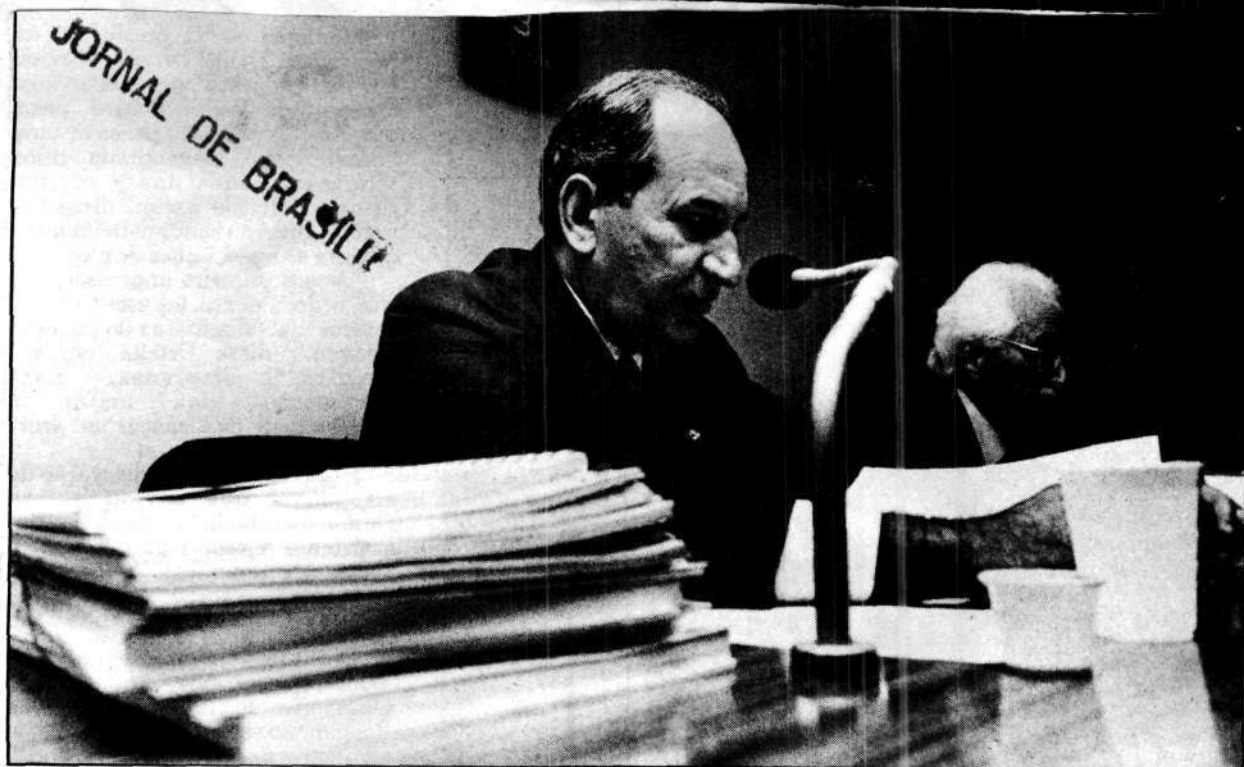




O senador Mauricio Corrêa disse em seu relatório que houve malversação de recursos públicos

Vitória do Centrão é ameaça à autonomia política de Brasília

A mudança do regimento interno da Constituinte aprovada ontem pelo Centrão — grupo do Congresso que reúne parlamentares moderados e de direita — é uma ameaça às eleições diretas para governador do DF, em 1988 ou 1990. Esta é a avaliação que fizeram, ontem, os parlamentares da Ala Progressista da bancada do DF no Congresso, que disseram ainda que caberá aos constituintes de Brasília que votaram com o Centrão se responsabilizarem perante a população, caso esta possibilidade se concretize.

A avaliação da Ala Progressista se baseia no fato de que, com as novas mudanças do regimento interno, todas as decisões aprovadas até agora poderão ser excluídas ou modificadas, sem que haja discussão ou votação em plenário da matéria. Isso porque, de acordo com o projeto do Centrão, as emendas apresentadas em plenário que tiverem um total de 280 assinaturas serão consideradas automaticamente aprovadas.

Dificuldade

Os parlamentares da Ala Progressista — senadores Pompeu de Sousa (PMDB) e Mauricio Correa (PDT) e os deputados Sigmaringa Seixas (PMDB), Augusto Carvalho (PCB), Geraldo Campos (PMDB) — apontaram ainda como dificuldade o fato de que a apresentação de um destaque de preferência, mesmo que seja rejeitado, terá que se submeter a nova votação para ser aprovado. Eles lembram a dificuldade para conseguir a aprovação da autonomia do DF na Comissão de Sistematização, quando tiveram de convencer os 93 membros do órgão. Ressaltaram

que este esforço será triplicado para conseguirem os 280 votos a favor.

A emenda que pode dar fim à autonomia política do DF, afirmaram os parlamentares da Ala Progressista, pode ser apresentada por qualquer membro do Congresso que consiga 280 assinaturas de apoio ao texto. Além do que, frisaram, não se pode esquecer que, durante a apresentação de emendas na Comissão de Sistematização, foram apresentados textos propondo as mais variadas formas de Governo para Brasília.

Entre as propostas apresentadas na ocasião, os constituintes do DF lembraram a emenda elaborada pelo Palácio do Planalto, que pretendia um governador nomeado e prefeitos para as cidades-satélites, a de extinção do cargo de governador, substituído por um prefeito eleito. E também previa a criação do Estado de Brasília, limitando o DF à região do Plano Piloto.

O que agrava este quadro, disseram, é que, com a mudança, será possível mudar capítulos e títulos inteiros, situação que abre a possibilidade da apresentação de mudança do capítulo e do título em que se incluiu o artigo referente à autonomia política do DF. Como o capítulo e o título se referem a questões dos Estados, União e Municípios, com a apresentação de uma emenda que englobe todo o capítulo, será ainda mais difícil defender a autonomia, que neste caso envolveria o interesse de diversos parlamentares de outros Estados e sobre a União.

Mudanças

Os parlamentares da Ala

Progressista, no entanto, preferem acreditar que o projeto do Centrão, aprovado ontem, sofra mudanças. Eles acreditam que o diálogo ainda propiciará uma solução para que este contexto não venha a se concretizar. E levantaram como item que tem de ser necessariamente modificado, o da aprovação automática de emenda com 280 assinaturas. Isso porque, acentuaram, a assinatura não vale como voto e é necessária a votação e debate das matérias para a definição do texto da nova Constituição.

Os constituintes ressaltaram também que a necessidade do diálogo entre os membros da bancada do DF no Congresso se faz necessária, já que foi pelo esforço conjunto dos constituintes de Brasília que a autonomia política foi aprovada. A reunião entre a Ala Progressista e o Centrão/DF — formado pelo senador Meira Filho (PMDB) e deputados Márcia Kibitschek (PMDB), Francisco Carneiro (PMDB), Jofran Frejat (PFL) e Valmir Campelo (PFL), será realizada terça-feira próxima, às 10h30, na Comissão do DF no Senado.

A deputada Márcia Kubitschek, membro do Centrão, reafirmou ontem a necessidade de um diálogo entre os membros da bancada e descartou a possibilidade de que o regimento interno, aprovado ontem pelo seu grupo, permaneça como está. Na sua opinião, o que houve ontem foi uma demonstração da força do Centrão, mas ressaltou que o diálogo reverterá o dispositivo da aprovação automática de emendas com 280 assinaturas.